

O SENTIDO DA ABOLIÇÃO

Manuel Correia de Andrade

01 – INTRODUÇÃO

A comemoração do Centenário da Abolição nos dá oportunidade de fazer uma série de reflexões, de fazer o levantamento de uma série de questões que tentem explicar as razões e as conseqüências desse evento. Por exemplo: quem fez a Abolição? Por que ela foi feita? Como foi feita? Quais os grupos sociais que dela se beneficiaram? E, sobretudo, quais as conseqüências da Abolição?

02 – QUEM FEZ A ABOLIÇÃO?

A tradição histórica brasileira costuma apontar a Abolição como um ato de generosidade da classe dominante, dos políticos do Império que procuraram limpar a nossa história e a nossa sociedade dessa "mancha" negra. Mas, estudando-se o processo que levou à Lei Áurea, observa-se que esta formulação carece de apoio da verdade histórica, e demais, um ato político de tão intensa repercussão social não seria realizado apenas por generosidade. Na verdade o Gabinete João Alfredo conseguiu a aprovação quase unânime, pelo Parlamento, para a Lei Áurea, em um momento histórico em que não havia mais condições para que o sistema escravocrata fosse mantido. A escravidão era uma excrescência que vinha se mantendo graças ao apoio dos grandes proprietários rurais, ligados à produção da cana-de-açúcar e do café, que temiam uma debacle de sua economia, com a perda da escravaria, e que não dispunha de capital de giro para explorar as suas propriedades, pagando salários, mesmo baixos, aos seus trabalhadores.

Na década de oitenta porém a escravidão já se encontrava sem justificativas de ordem econômica, em face das contradições a que deu origem. Os ingleses, que haviam avançado para relações capitalistas na exploração de suas colônias, passaram a fazer, desde o início do século XIX, uma forte pressão sobre o Império do Brasil para que este eliminasse, gradativamente, o estatuto da escravidão em suas terras. Conseguiram, graças a fortes pressões, que em 1831 se promulgasse uma lei contra o tráfico, estabelecendo a proibição da importação de africanos e considerando livres todos aqueles que aportassem ao território brasileiro após a promulgação da lei; esta lei porém não foi cumprida¹ e em 1850, em face das pressões ainda mais fortes, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico africano, passando a haver uma fiscalização mais cuidadosa por parte do governo brasileiro e dos navios de guerra ingleses, para aprisionarem os navios negreiros, sendo o tráfico finalmente abolido em 1854. A proibição do tráfico passou a elevar o preço do escravo, de vez que este, em regime de cativo e super-explorado, não se reproduzia rapidamente; o crescimento vegetativo da população escrava era baixo, provocando dificuldades de substituição das peças que faleciam. A mobilização da mão-de-obra livre, apesar de haver uma grande quantidade de ociosos nas classes inferiores da sociedade, era difícil; os proprietários, além de não disporem de capital de giro para pagar salários, tratavam os trabalhadores livres como se fossem escravos, afastando-os dos engenhos e fazendas. A Abolição do tráfico fez com que as áreas mais ricas, produtoras de café, onde os proprietários dispunham de capital, passassem a pressionar as áreas mais pobres, adquirindo por preços elevados os escravos disponíveis, ao mesmo tempo em que os proprietários mais esclarecidos, seguindo o exemplo do Senador Vergueiro, passaram a pressionar o Governo Imperial e Provincial a estimular a imigração européia, levando os imigrantes a trabalharem no sistema de "colonato".

O descrédito em que caía o sistema escravagista chegou a tal ponto que até o Imperador, premido pela opinião pública européia, procurou encontrar caminhos que levassem à Abolição da escravatura sem grandes prejuízos aos proprietários que formavam o sustentáculo da monarquia. Daí ser aprovada a Lei do Ventre Livre, Lei Rio Branco, que deu liberdade aos nascituros, mantendo os mesmos sob a tutela e responsabilidade dos senhores até a idade de vinte e um anos. Preparava-se assim o filho do escravo para ser cidadão, sob o regime de exploração aplicado aos próprios escravos, fato que representa uma grande contradição. Esperavam os velhos políticos, como o Marquês de Abrantes, que em algumas dezenas de anos a escravidão se extinguisse naturalmente. Passados oito anos novamente os abolicionistas voltaram ao ataque e, com avanços e recuos, conseguiram a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe que libertava os escravos com mais de sessenta anos de idade, quando, na verdade, eles já se tornavam economicamente inúteis e, finalmente, em 1888 foi aprovada a Lei João Alfredo que libertou os escravos sem que se pagasse aos antigos senhores qualquer indenização.

Este processo se desenrolou de forma conturbada e com muita luta; houve uma grande participação dos negros, dos próprios escravos, através de atos isolados, de vingança, de morte aos senhores e fuga para lugares mais distan-

tes ou para as cidades onde encontravam algum apoio, além de se organizarem em quilombos onde lutavam contra a investida das autoridades. 2 O movimento negro, desordenado, isolado em vários pontos do território do Império e iniciado no período colonial, necessita ser estudado com mais detalhe, a fim de que se possa melhor compreender o sentido da história brasileira.

Não pode ser subestimada a opinião pública das grandes cidades, sobretudo do Rio de Janeiro que se mobilizou para protestar contra a escravidão e apoiar o grupo de parlamentares e de jornalistas que defenderam a causa abolicionista, enfrentando muitas vezes violência da polícia da Corte. A oficialidade jovem do Exército, influenciada por divulgadores dos princípios positivistas de Augusto Comte, recusando-se em 1887 a reprimir os negros fugidos, também contribuiu de forma bastante positiva para que o movimento abolicionista tivesse sucesso. 3

Mas o problema não foi apenas político, de vez que a produção de café e os altos preços alcançados por este produto no mercado internacional contribuíram para desenvolver a acumulação capitalista na Província de São Paulo, tornando mais rentável a utilização do trabalho do colono do que a do trabalho escravo. Este fato explica porque o grande líder dos cafeicultores, Conselheiro Antônio Prado, escravista radical em 1871, por ocasião da promulgação da Lei Rio Branco, fosse abolicionista em 1888, trazendo o apoio de São Paulo ao gabinete João Alfredo e à aprovação da Lei Áurea.

Assim, a Abolição não foi uma dádiva de políticos esclarecidos e preocupados com os problemas sociais, mas o resultado de uma luta que durou séculos, luta ora mais acirrada, ora atenuada pela compreensão de alguns dirigentes políticos de que ela não respondia mais ao desafio da economia brasileira em evolução.

03 – POR QUE FOI FEITA A ABOLIÇÃO?

Dificilmente o Brasil poderia manter o sistema escravista nos fins do século XIX, quando ele já fora abolido em todos os países da América. A Inglaterra, então senhora dos mares e líder das nações capitalistas, não permitia que se fizesse o tráfico africano, impedindo a substituição regular dos escravos nas plantações. Controlava aos seus interesses, tanto na metrópole, que necessitava de um mercado para os seus produtos industriais nas suas colônias, como aos interesses coloniais, encarecendo a produção brasileira e impedindo que ela competisse como os produtores de açúcar das colônias inglesas das Antilhas.

Do ponto de vista político havia dois grandes impasses entre os senhores de escravos e o Governo Brasileiro: primeiro, o temor de que houvesse uma revolta geral de negros, como ocorrera no Haiti, no início do século XIX, e uma matança geral de brancos; medo que se acentuou no período regencial quando grupos das classes mais pobres, incluindo escravos, promoveram rebeliões que duraram anos e atingiram grandes áreas. Tollenare em livro clássico, 4 salientava a insegurança em que viviam os proprietários sempre que se afastavam de suas propriedades. Segundo, os negros deram uma grande contribuição defen-

dendo as fronteiras do Império na Guerra do Paraguai, sendo emancipados após a conclusão da luta. Ao vencer o Paraguai, o Império obrigou o governo que instituiu nesse país, para substituir a "dinastia" dos Lopes a fazer a abolição da escravatura, embora o Brasil, que impunha a Abolição ao Paraguai vencido, mantivesse a escravidão no seu próprio território.

Com a Abolição do tráfico caía, em termos relativos, a quantidade dos escravos, numa fase em que a expansão da cultura do café necessitava cada vez mais de braços. Não havendo como substituir os escravos africanos, surgiram duas alternativas, a abertura do Brasil à imigração europeia ou a importação de trabalhadores do oriente — chineses, hindus e indonésios.⁵ A primeira hipótese foi bem aceita porque recebiam-se trabalhadores pobres, porém brancos e em grande parte católicos, contribuindo para um "embranquecimento" da população em um momento em que as lideranças políticas temiam um choque entre negros e brancos. E a própria crise europeia contribuía para a emigração, sobretudo de italianos do sul da península que tivera a sua economia desmoronada em consequência da integração econômica provocada pela unificação política. Já havia uma experiência com imigrantes no Brasil, com a vinda de açorianos, de alemães, de italianos e de eslavos que formavam colônias de pequenos proprietários no Sul e no Sudeste do Brasil. Agora se estimularia a migração de europeus que viessem para o Brasil substituir a mão-de-obra africana, escrava no trabalho dos latifúndios. E esta migração teve grande sucesso. A segunda alternativa, a de importação de orientais, foi muito combatida na Câmara e no Senado imperial, porque representava nada mais que uma forma nova de exploração do trabalho servil; os orientais viriam para as plantações com contratos que os prendiam às mesmas por um certo número de anos — verdadeira escravidão temporária — e trariam novas influências étnicas para o Brasil. A reação dos políticos liberais foi muito forte e o combate levantou problemas como o da "mongolização" do Brasil e a da formação de novos quistos raciais assim como de introdução de novos padrões religiosos e culturais. Esta migração era olhada com simpatia pela Inglaterra e pela Holanda que importaram milhares deles para as Antilhas e para as Guianas, provocando a formação de minorias hindus e muçulmanas na área do Caribe, mas não foi aceita por nenhum dos países já independentes da América Latina.

Na verdade, os fatos indicam que a Abolição foi feita na ocasião em que o sistema escravagista já não era capaz de atender à demanda de mão-de-obra e à necessidade técnica exigida pelo sistema de produção capitalista, tendo, historicamente, concluído o seu ciclo.

04 — COMO FOI FEITA A ABOLIÇÃO

Como se viu, a Abolição foi feita paulatinamente, enfraquecendo o sistema até a sua exaustão. Já por ocasião da independência José Bonifácio, político conservador, teve grande preocupação com o problema da escravidão.

Em seus escritos⁶ eles afirmava que o Brasil era composto por uma população heterogênea onde não havia um sentimento nacional bem consolidado.

Cada província agia em função dos interesses regionais e locais, sem uma maior preocupação com o todo. Por trás dos interesses regionais havia a preocupação com a disseminação das idéias republicanas, então chamadas francesas, e com a pressão da população pobre e negra. A Independência, feita em 1822 e concluída em 1823, consagrou a formação de um novo estado sem mudanças nas estruturas herdadas da colônia. Os movimentos populares e republicanos foram refreados para explodirem no momento em que o Governo Central, enfraquecido pela Abdicação do Imperador e a Regência, se viu com um fraco sistema de apoio e sustentação. Daí a série de rebeliões populares, ora republicanas, ora até absolutistas, que atingiram o Grão Pará — Cabanada —, o Maranhão e Piauí — Balaia-da —, Pernambuco e Alagoas — Guerra dos Cabanos —, a Bahia — revolta dos Malés e Sabinada — e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina — a Guerra dos Farrapos. ⁷ Nessas lutas houve participação de escravos e foram eles os rebeldes que mais se distinguiram. Na verdade, eles não tinham outra alternativa entre a vitória e a volta ao cativo. No caso da Guerra dos Cabanos, quando em 1836 se desmoronou toda a estrutura de apoio de que dispunham, foram os escravos que se retiraram para o interior, para as matas mais distantes, acompanhando o seu chefe Vicente Ferreira de Paula, continuando a resistência por mais de dez anos. ⁸

José Bonifácio, como estadista conservador, mas realista, já previa uma reformulação do sistema de trabalho. O Império porém era apoiado sobretudo pelos senhores de terra, e o Imperador, político arguto, sabia que perderia sua sustentação política se atingisse a propriedade dos mesmos. Nem mesmo os republicanos de 1817 e de 1824, em Pernambuco ousaram promover qualquer medida que abolisse o Instituto da escravidão. Manuel de Carvalho Paes de Andrade limitou-se a decretar a abolição do tráfico de escravos ⁹ e com isto perdeu o apoio dos senhores de terras. D. Pedro II, premido pela pressão inglesa, feita de forma violenta, com aprisionamento de navios negreiros sob a bandeira brasileira e em águas territoriais do Brasil e pela opinião dos intelectuais europeus que ele muito prezava, procurou caminhos que lentamente levassem à Abolição. Como sempre acontece no Brasil, as grandes soluções de salvação nacional são sempre adiadas para não ferir interesses das minorias dominantes. Por isto o Imperador deixou de cumprir por quase vinte anos a lei de 1831 e só em 1850 concordou com a Lei Eusébio de Queiroz. Esta mesma só foi cumprida quando a pressão inglesa se tornou tão forte que navios brasileiros foram aprisionados pelos cruzeiros ingleses e tiveram as suas cargas confiscadas. Houve casos muito sérios em que a oligarquia rural estava altamente comprometida como no episódio do desembarque de escravos em Sirinhaém, em 1854. ¹⁰

Abolido o tráfico, passou-se a questionar a própria escravidão e o Imperador indicou o jurista Pimenta Bueno, então Visconde de São Vicente, membro do Conselho de Estado, para formular pareceres a respeito do assunto. Mas a Guerra do Paraguai e a crise criada em 1868 por Caxias contra Zacarias serviram de pretexto para que o problema fosse mais uma vez adiado. Concluída a Guerra, foi o problema levado ao Parlamento, mas tanto Itaboraí como São Vicente, Presidentes do Conselho de Ministros, não tiveram vontade ou energia para conduzir a discussão do mesmo. O fato levou o Imperador a entregar o go-

verno ao Visconde do Rio Branco que, após luta titânica, conseguiu a aprovação da Lei do Ventre Livre. Lei muito complexa, com numerosos artigos de difícil aplicação, de vez que o poder público não tinha o controle do que ocorria nas grandes propriedades. O ingênuo — filho do escravo nascido após 28 de setembro de 1871 — ficava em poder do senhor até os 21 anos de idade, sendo explorado de forma impiedosa a fim de que desse o rendimento necessário; era tratado como um escravo e muitas vezes torturado e mutilado, ou então, abandonado pelo senhor, ainda muito jovem, o Estado não tinha uma estrutura de apoio para mantê-lo e educá-lo, contribuindo assim para que se formasse um mau cidadão. Havia também as fraudes através das quais se declarava que meninos nascidos depois de 28 de setembro, libertos portanto, eram registrados como nascidos antes do 28 de setembro, permanecendo escravos. Procurou-se também desenvolver uma campanha em favor da emancipação de escravos ou por benemerência dos senhores que libertavam os seus antigos servidores ou pela compra, através de capital obtido com fundos de emancipação, em parte financiados pelo Estado. Esta campanha, que parecia humanitária, era prostituída através de um sistema em que o senhor supervalorizava os seus escravos e os vendia ao Fundo de Emancipação por preços muito superiores ao valor dos mesmos, naturalmente com a conivência de autoridades e dignitários.

A Lei dos Sexagenários teoricamente representou um avanço, de vez que libertava escravos idosos, sem indenização, mas na realidade nada representava porque ao atingir os 60 anos de idade o escravo já estava praticamente sem condições de trabalhar e de prover o seu sustento, isentando o senhor de alimentar a um escravo que explorara durante dezenas de anos. Para abolicionistas, como Joaquim Nabuco, ela representava um verdadeiro retrocesso.

A Lei Áurea chegou no momento em que o movimento abolicionista se apresentava como uma força irresistível, com o apoio de grupos sociais urbanos, da classe média sobretudo, da imprensa, dos grandes tribunos e pensadores do Império e do Exército, desgostoso com o tratamento que recebia do Governo Imperial. Além disto, a desorganização da agricultura, em vista da fuga em massa dos negros para as cidades onde encontravam proteção e para os quilombos onde se organizavam para a resistência, contribuía para esta situação. Na ocasião em que o Exército se recusou a perseguir os negros, os capitães de mato não tinham condições de mantê-los nas senzalas e muitos proprietários, realistas, tinham compreendido ser mais rendoso utilizar outros sistemas de exploração da mão-de-obra do que manter a escravidão.

Interessante é que D. Pedro II, velho e doente, temia a abolição e não ficou satisfeito com a atitude da Princesa Izabel entregando o governo a João Alfredo e combinando com o mesmo realizar a aspiração maior do povo brasileiro. É que o Imperador, político muito astuto, entendia que com isto a monarquia perderia o apoio dos fazendeiros mais conservadores, sobretudo na província do Rio de Janeiro, e que os republicanos aproveitariam a oportunidade para mobilizá-los em favor da República; enquanto Izabel, sabendo que ela e o Príncipe Consorte eram muito mal vistos pelos brasileiros, a ponto de os próprios monarquistas pensarem em substituí-la na sucessão de D. Pedro II pelo seu sobrinho D. Pedro Augusto, procurou ganhar prestígio e garantir o seu reinado.

Como Cotegipe previu porém, a abolição seria o tiro da misericórdia sobre os interesses da Dinastia de Bragança no Brasil.

05 — QUAIS OS GRUPOS SOCIAIS QUE SE BENEFICIARAM COM A ABOLIÇÃO?

O Gabinete João Alfredo agiu para fazer uma transição que não fosse traumática; ele partiu para a idéia de se desenvolver a exploração dos recursos naturais disponíveis e modernizar o Império, de estruturas ainda bastante conservadoras. Para isto propôs uma lei em que se criava e disseminava bancos nas várias províncias, a fim de que, com juros subsidiados, os proprietários de terra dispusessem do crédito, de capital de giro necessário à sustentação da produção agrícola. Com isto procurava atenuar o impacto da abolição nas áreas menos capitalizadas e amenizar a oposição que se formava contra o Governo Imperial. Propôs ainda a desapropriação das terras situadas às margens das ferrovias e dos rios navegáveis, a fim de desenvolver nas mesmas a pequena produção agrícola necessária ao abastecimento interno e parcialmente à exportação — o café podia ser produzido com rentabilidade elevada também em pequenas propriedades — possibilitando a intensificação da imigração e a utilização dos libertos.¹¹ Para dinamizar a economia procurou incentivar os grandes empreendimentos, fazendo concessões para a instalação de engenhos centrais na área açucareira, para a importação de imigrantes e para a construção de obras públicas. Essa política beneficiaria os empresários, os capitalistas, tendo provocado grandes discussões em que se destacaria, pela virulência dos seus ataques ao Gabinete, o tribuno, jornalista e jurista Rui Barbosa,¹² e na defesa do governo o parlamentar, historiador e diplomata Joaquim Nabuco.¹³

Os republicanos, que dispunham de uma inexpressiva bancada no Parlamento, compreenderam que era chegada a ocasião do ataque e trataram de mobilizar em seu favor a opinião pública, os interesses regionalistas das províncias, as forças armadas e os antigos senhores de escravos que ainda lutavam por uma lei que os indenizasse do valor dos escravos perdidos. O Império estava muito enfraquecido e desacreditado em face das divergências entre os partidos Liberais e Conservador e, dentro de cada partido, entre seus principais líderes, todos temendo o Terceiro Reinado que se aproximava.

Pensava-se até em um golpe que alterasse a linha de sucessão, de vez que os monarquistas, em sua maioria, consideravam Isabel incapaz para governar — o prestígio advindo da Abolição logo se desfez — e temiam a influência do Conde d'Eu, príncipe francês, sobre a esposa. Mas a questão militar se aguçou e o gabinete João Alfredo que libertara os escravos ameaçando a intocabilidade da propriedade privada, foi deposto em junho de 1889 e seu sucessor, Ouro Preto, não ofereceu ao país as reformas que se esperava do Partido Liberal. Com um golpe de Estado, Deodoro depôs o Imperador, proclamou a República e assumiu o governo, com o apoio ou a indiferença da maioria dos políticos da monarquia. Poucos foram os adeptos do Imperador, como João Alfredo, Ouro Preto, Lafaiete Pereira, Afonso Celso, que mantiveram fidelidade ao mesmo, embora não

tivessem tido condições de tentar uma resistência efetiva ao novo regime ou tentar a restauração.

A Abolição, seguida da República, veio, naturalmente, beneficiar as oligarquias locais, estaduais, que passaram a controlar as antigas províncias, tornadas autônomas e transformadas em estados, os grandes fazendeiros de café e de gado que, através da política "Café com Leite", passaram a controlar a vida política e econômica do país por quarenta anos, e os comerciantes urbanos ligados ao comércio de exportação e importação. Dando maior mobilidade à mão-de-obra facilitou o desenvolvimento de indústrias alimentares e de bens de consumo, iniciado nas últimas décadas do século XIX. Os usineiros pernambucanos, por exemplo, graças aos favores dos governos do Barão de Lucena, de Barbosa Lima e de Correia da Silva conseguiram, nos primeiros anos da República, financiamentos muito generosos para a implantação de suas usinas, que muitas vezes não tiveram sucesso, sendo desativadas ou absorvidas por usinas maiores, com prejuízos para o erário público. E é muito difícil separar a Abolição da República, uma vez que os dois eventos estão interligados. Era difícil separar a imagem do Império da imagem da escravidão, de vez que ele era mantido pelos senhores de terra e de escravos. Com a Abolição, o desinteresse dos senhores de terra, agora sem escravos, pela monarquia, fez com que os mesmos apoiassem a República e dela se locupletassem.

Quanto à situação dos escravos houve *de jure* uma libertação porque eles deixaram de ser coisa, propriedade de senhores, mas o destino dos mesmos variou conforme a região. Assim, nas áreas em que havia grande quantidade de terras devolutas, não apropriadas, os escravos fugiram para as matas e se organizaram em pequenas comunidades auto-produtoras e voltaram a uma economia autárquica, amonetária. Foi o caso do Maranhão em que os engenhos da região de Alcântara e as fazendas de algodão do Itapacuru, já em decadência em face do esgotamento dos solos, ¹⁴ foram abandonados pelos escravos, que se embrenharam nas matas, passando a viver da coleta de frutos silvestres e de babaçu, da pesca, da caça e de pequenas plantações de mandioca. Algumas comunidades sobreviveram até os nossos dias, sendo objeto de estudo de antropólogos. Formam remanescentes de pouca expressão demográfica e econômica mas de grande interesse cultural.

Nas áreas em que as terras já estavam quase totalmente apropriadas, onde as matas haviam sido devastadas e onde a caça e a pesca não eram abundantes, os escravos libertos não tiveram para onde ir, abandonaram as fazendas em que foram escravizados e saíram à procura de trabalho nas propriedades vizinhas, passando a ser moradores de "condição" ou de "cambão". No primeiro caso recebiam do proprietário da terra uma pequena área, um "sítio" onde plantavam produtos de subsistência com o auxílio da família e trabalhavam três ou quatro dias por semana para a "fazenda", mediante o pagamento de um salário; no caso do cambão o proprietário concedia uma área maior para as suas culturas mediante o trabalho gratuito em suas plantações por um ou dois dias semanais. Formavam-se assim relações de trabalho entre proprietários e pessoas pobres, em sua maioria ex-escravos ou descendentes de escravos, que não eram uma variável do cativoiro mas que não eram também um assalariado capitalista. Houve assim

uma transição da forma escravista para uma formação social que caminhava lenta e gradativamente para o capitalismo. Nesse período porém a liberdade do trabalhador era mínima, a vontade do proprietário em suas terras era lei, permanecendo durante dezenas de anos os hábitos do cativo, em que se prendia o morador ao tronco ou se batia no trabalhador quando este cometia alguma falta ou desagradava o proprietário ou o capataz. Era comum o trabalhador ter as suas plantações destruídas pelo gado do proprietário ou confiscadas a título de pagamento de dívidas e até a retenção do trabalhador na propriedade por dívidas feitas nos barracões dos proprietários. Nas áreas pecuárias, menos capitalizadas, desenvolveram-se sistemas de parceria e de arrendamento profundamente espoliativos para os agricultores sem terras. 15

Vê-se assim que não foram os ex-escravos os grandes beneficiários da Abolição e que as formas de dominação cruéis e absolutas atravessaram todo o século que se sucedeu à Lei Áurea, de vez que ainda hoje é freqüente a notícia nos jornais de maior circulação de sistemas de utilização de mão-de-obra sob coação, com pagamento de salário simbólico, mesmo em estados mais ricos e desenvolvidos, como São Paulo. Os proprietários rurais têm um grande poder de coação em suas propriedades, utilizando até milícias privadas pra forçarem o trabalho gratuito e/ou subremunerado. Isto ocorre tanto em áreas de ocupação antiga como em áreas em ocupação, tanto com a exploração da mão-de-obra camponesa como com a expropriação de indígenas e de posseiros.

06 – QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA ABOLIÇÃO?

A Abolição contribuiu para dar uma melhor imagem do Brasil no exterior, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, onde a opinião sobre a permanência do sistema escravocrata criava uma imagem negativa. A partir daí só se constataria a existência de escravidão legal nos países da Ásia e da África onde formas de escravidão as mais diversas chegam até aos nossos dias.

Do ponto de vista econômico a Abolição contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ainda incipiente. Muitos capitais empregados na aquisição de terras e de escravos, mesmo sem que os senhores fossem indenizados, se desviaram para atividades econômicas mais dinâmicas como a indústria, o comércio e os serviços públicos; atividades em que foram aplicados tanto capitais nacionais como estrangeiros, ingleses sobretudo. O desenvolvimento destas atividades naturalmente provocou uma demanda de mão-de-obra e abriu perspectivas de empregos para as classes menos favorecidas. Aos europeus parecia mais seguro aplicar o seu capital em um país onde não havia mais escravos do que naqueles onde ainda havia escravidão.

Apesar de haver no Brasil um forte preconceito de raças, embora não institucionalizado, e, certamente por não ser institucionalizado, permitiu que alguns negros e mulatos ascendessem socialmente, ocupando postos de certa representatividade na vida pública e privada. Este fato, na verdade, contribuiu para que se generalizasse uma idéia de democracia étnica e social em um país onde os preconceitos eram e são tão fortes que se tornou necessário uma lei, a

chamada Afonso Arinos, para punir, como contravenção penal, a manifestação deste preconceito.

As estruturas econômico-sociais dificultam consideravelmente a ascensão dos ex-escravos e de seus descendentes, de vez que os instrumentos de controle econômico continuam a ser usados pelas velhas oligarquias e se mantém o regime da propriedade da terra, instituído em 1850, com a chamada Lei de Terras. Daí a grande oposição feita pelas elites à Reforma Agrária que, ao nosso ver, seria uma complementação da Abolição,¹⁶ enquanto realizavam a expansão do latifúndio nas áreas em povoamento do Centro Oeste e da Amazônia. Em resumo, as classes dominantes, tendo feito a Abolição de forma tardia e impedido as reformas preconizadas pelo Gabinete João Alfredo, impediram também que ela se completasse e que o Brasil realizasse as mudanças estruturais indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico e social. Conseguiram antepor um freio à revolução que se iniciava e conseguiram transformar um desenvolvimento esperado por homens como Nabuco e Rebouças em uma modernização lenta e comprometida com as estruturas coloniais. A Abolição que foi feita de forma revolucionária — sem indenização aos proprietários de escravos — foi barrada, bloqueada pela República dos coronéis e dos fazendeiros.

07 — BIBLIOGRAFIA

- 1 SOBRE o assunto é interessante consultar Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo*. Editora Impé São Paulo, s/d. Também a interpretação da estrutura e organização da sociedade escravocrata foi feita por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1941.
- 2 Na bibliografia sobre rebeliões negras podem ser salientados os livros de Clóvis Moura, *Rebelião na Senzala. Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972 e o de Edson Carneiro, *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1946.
- 3 SOBRE o assunto é interessante consultar Evaristo de Moraes em *A Campanha Abolicionista (1879/1888)*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro. 1929.
- 4 TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Salvador, Livraria Progresso - Editora, 1958.
- 5 MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores Asiáticos*. New York, Typografia do Novo Mundo, 1879.
- 6 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura em Obras Científicas Políticas e Sociais*, organizadas por Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo, vol. II. s/d.

- 7 A importância destas rebeliões foi primeiramente levantada por Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- 8 Ver Andrade, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, Edições Conquista, 1965.
- 9 LEITE, Glacyra Lazzari. *A Confederação do Equador: Pernambuco em 1824. Contradições Sociais e Conflito Armado*. (Tese de Livre Docência, mimeografada) Assis, 1987.
- 10 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 2 v.
- 11 FALAS do Trono desde 1823 até o ano de 1889. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- 12 Em *A Queda do Império*, Rio de Janeiro, Livraria Castilho, 1921. 2 v.
- 13 Em *Discursos Parlamentares*. São Paulo, Editora Ipê, 1942.
- 14 ANDRADE, Manuel Correia de. Em *Paisagens e Problemas do Brasil*. 5ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- 15 ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª edição. São Paulo, Editora Atlas S. A., 1986.
- 16 ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

